

Cerqueira integrará comissão nacional

■ Secretário de Segurança, responsável pelo endurecimento da polícia, foi indicado por Marcello para debater reformulação da polícia

Brasília — Jamil Bittar

RENATO FAGUNDES

BRASÍLIA — O governador Marcello Alencar garantiu a presença do secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, general Nilton Cerqueira, no grupo de trabalho do Ministério da Justiça que vai debater a segurança no país. O grupo tem 60 dias para sugerir medidas concretas que enquadrem a segurança na política de direitos humanos do governo federal.

Cerqueira é defensor declarado do endurecimento da polícia. A atração de parte de seus comandados serviu de motivação para a criação do grupo de trabalho, especialmente depois que policiais militares foram filmados espancando moradores da Cidade de Deus, no mês passado.

O nome de Cerqueira foi indicado ao ministro interino da Justiça, Milton Seligman. Marcello Alencar foi procurado antea tempo por Seligman, que temia criar constrangimentos para o governador, já que a atuação da PM do Rio de Janeiro será um dos principais temas

Gregori e Seligman assinaram a portaria que cria o grupo às 12h30 de ontem, ao lado do presidente Fernando Henrique Cardoso. A cerimônia marcou o primeiro aniversário da criação do Programa Nacional de Direitos Humanos. No seu discurso, Fernando Henrique afirmou que a violação dos direitos humanos que causa "maior repulsa" é a causada por "agentes do estado". "Quando há envolvimento do Estado, é quando mais profundamente nos revolta. Revolta porque, queiramos ou não, nós somos responsáveis, embora não individualmente, mas coletivamente responsáveis", afirmou. te.

No grupo de trabalho, Nilton Cerqueira vai encontrar especialistas que estão no extremo oposto de sua ideologia de segurança pública. Um deles, o antropólogo Rubem César Fernandes, coordenador do Viva Rio, já polemizou diversas vezes com o general, especialmente sobre a política de estímulo ao confronto implantada por Cerqueira. Criticado por rela-

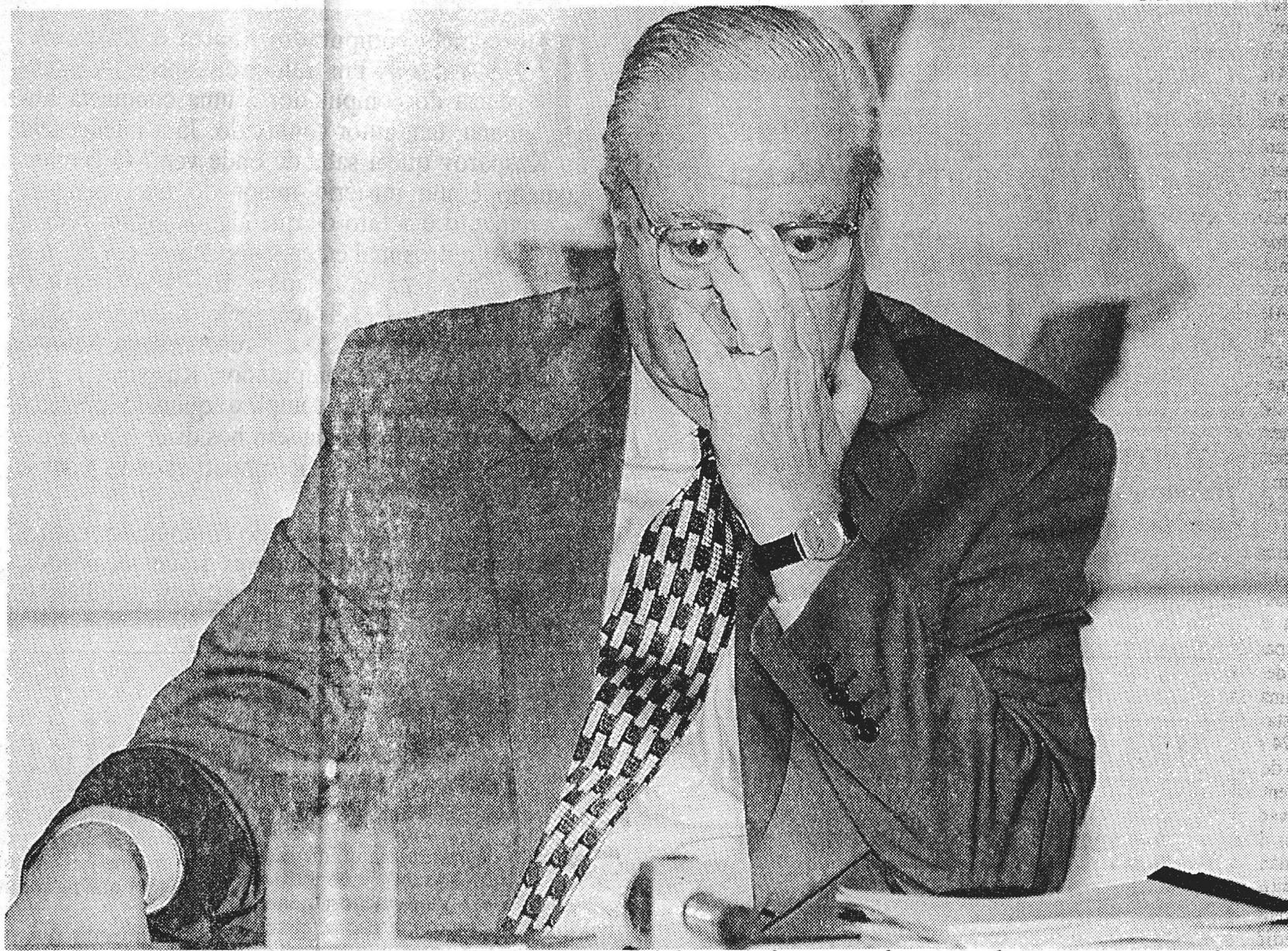
tórios da organização não-governamental Human Rights Watch e do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Cerqueira rebateu afirmando que essas entidades só se preocupam com bandidos.

Uma das medidas polêmicas do general foi a instituição da premiação por bravura aos policiais, que é concedida, majoritariamente, a quem se envolve em conflitos que resultam na morte de bandidos. Levantamento do **JORNAL DO BRASIL**, publicado no ano passado, revelou que a média mensal de civis mortos em confrontos com a PM saltou de 3,2 para 20,55 após a posse de Cerqueira, em maio de 1995.

Informações — Para o secretário José Gregori, no entanto, a presença de Cerqueira não vai atrapalhar as discussões. "Ele certamente tem informações importantes para o debate", afirmou ele. Gregori preside o grupo, que terá 60 dias para apresentar propostas concretas de segurança.

Com a entrada de Cerqueira, subiu para 20 o número de integrantes do grupo de trabalho. Outra novidade na lista definitiva divulgada ontem foi a entrada do delegado Paulo Antônio Pereira Pinto, que substituiu o delegado carioca Wladimir Reale, afastado pelo Ministério da Justiça, como informou ontem o **JB**. O nome de Reale constava da primeira relação de integrantes divulgada e foi excluído. O delegado figurava na lista do jogo do bicho, descoberta em 1994, com pagamentos que teriam sido feitos por contraventores a autoridades fluminenses. Nenhum acusado foi condenado.

Também foi assinado ontem um convênio entre o Ministério da Justiça, a Unesco e os institutos de pesquisa Retrato e Ibope, que vão fazer um levantamento de opinião pública sobre os padrões e critérios de controle de programação de televisão, vídeo e cinema pelas famílias brasileiras. O objetivo é adequar a liberdade de expressão, garantida pela Constituição de 1988, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, para sugerir meios de controle democráticos da programação assistida pelos jovens.



O secretário José Gregori defendeu-se das críticas citando a aprovação da lei que tipifica o crime de tortura e da que restringe o porte de armas.